

Comissão Permanente de Licitação**TOMADA DE PREÇOS SEFAZ Nº. 002/2011**

EDITAL

OBJETO: Prestação de serviços para reforma de infra-estrutura e modernização com atualização tecnológica dos elevadores.

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

ITEM	ÍNDICE	PÁGINA
01	INTRODUÇÃO	02
02	DO OBJETO	03
03	DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	03
04	TIPO DE LICITAÇÃO	04
05	DAS VEDAÇÕES DE PARTICIPAÇÃO	04
06	DA FASE DE HABILITAÇÃO	05
07	DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DAS PROPOSTAS	11
08	PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS	13
09	DA HOMOLOGAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E DO CONTRATO	17
10	DO PRAZO	18
11	DA GARANTIA	18
12	CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	19
13	ACEITAÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL	21
14	DAS PENALIDADES	21
15	DOS RECURSOS	21
16	FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO	22
17	DISPOSIÇÕES GERAIS	23

Comissão Permanente de Licitação

EDITAL

TOMADA DE PREÇOS SEFAZ Nº. 002/2011

1 – INTRODUÇÃO

1.1 O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pela Secretaria de Estado de Fazenda, com sede na Rua da Alfândega, 42, Centro, RJ, torna público que, devidamente autorizada pela Gestora do Fundo de Administração Fazendária da Secretaria de Estado de Fazenda na forma do disposto no Processo Administrativo nº E-04/000038/2011, fará realizar, no dia 21/11/2011, às 09:00 horas, na Rua da Alfândega nº 48 – Auditório - 7ª andar – Centro – Rio de Janeiro/RJ, licitação na modalidade de **TOMADA DE PREÇOS** do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL** em regime de empreitada por preço unitário, que se regerá pela Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, e suas alterações posteriores, pela Lei Estadual nº 287, de 04/12/79 e bem assim pelo Decreto nº 3.149, de 28/04/80, e respectivas alterações, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no presente Edital.

1.2 – As retificações do Edital, por iniciativa oficial ou provocadas por eventuais impugnações, obrigarão a todos os licitantes, devendo ser publicadas no Diário Oficial do Estado, em jornal de grande circulação e comunicadas aos adquirentes do Edital, via telefax, telegrama, entrega pessoal ou correio eletrônico, devendo importar na reabertura de prazo para apresentação das propostas, exceto quando inquestionavelmente não venham a interferir na sua elaboração.

1.3 – O Edital e seus anexos poderão ser adquiridos mediante a entrega de 01 (um) pacote de quinhentas folhas de papel branco modelo A4, na sala da Comissão Permanente de Licitações da Secretaria de Estado de Fazenda no seguinte endereço: Rua da Alfândega, 48 – sobreloja – Centro – Rio de Janeiro/RJ.

1.4 – Os interessados poderão obter maiores esclarecimentos ou dirimir suas dúvidas acerca do objeto deste Edital ou da interpretação de qualquer de seus dispositivos, por escrito, até 02 (dois) dias úteis anteriores à data do início da Tomada de Preços, no seguinte endereço: Rua da Alfândega, 48, sobreloja, Centro, Rio de Janeiro/RJ, de 09:00

Comissão Permanente de Licitação

horas até 18:00 horas, ou por meio do telefone nº (21) 2334-4627/4479 ou, ainda, pelo e-mail: cpl@fazenda.rj.gov.br.

1.5 – Caberá à Gestora do Fundo de Administração Fazendária da Secretaria de Estado de Fazenda responder as impugnações e pedidos de esclarecimento deduzidos pelos potenciais licitantes antes da realização da sessão, com encaminhamento de cópia da resposta para todos os interessados por qualquer das formas previstas no item 1.2 deste edital.

2. DO OBJETO

2.1 - O objeto da presente Tomada de Preços é a prestação de serviços para reforma de infra-estrutura e modernização com atualização tecnológica dos elevadores, sito à Rua Buenos Aires, 29 – centro – Rio de Janeiro/RJ, constante das especificações técnicas, que constitui o Anexo V – Projeto Básico.

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1 Os recursos necessários à realização do serviço ora licitado correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

FONTE: 00

PROGRAMA DE TRABALHO: 2061.04.123.0054.2051

NATUREZA DA DESPESA: 4490.51

3.2 O valor estimado da obra (limite estabelecido), com base na Planilha de Custos Unitários (Anexo VI – Orçamento EMOP) referente ao mês de agosto/2011, é de R\$ 820.708,86 (oitocentos e vinte mil setecentos e oito reais e oitenta e seis centavos).

4. TIPO DE LICITAÇÃO

4.1 – A presente licitação é do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, sob o regime de empreitada por preço unitário.

Comissão Permanente de Licitação

5. DAS VEDAÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1 Não serão admitidas na licitação as empresas punidas, no âmbito da Administração Pública Estadual, com as sanções prescritas nos incisos III e IV do art. 87 da Lei n.º 8.666/93.

5.2 Não será permitida a participação na licitação de mais de uma empresa sob o controle de um mesmo grupo de pessoas, físicas ou jurídicas.

5.3 Não será permitida a participação na licitação das pessoas físicas e jurídicas arroladas no artigo 9º, da Lei n.º 8.666/93.

6. DA FASE DE HABILITAÇÃO

6.1. DOS CADASTRADOS

6.1.1 Poderão participar da licitação as pessoas ou jurídicas com atividades específicas no ramo pertinente ao objeto desta tomada de preços, inscritas no **REGISTRO CENTRAL DE FORNECEDORES - RCF**, expedido pela Superintendência de Suprimentos da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG.

6.1.2 O certificado de inscrição no Registro Central de Fornecedores do Estado do Rio de Janeiro, mantido pela Superintendência de Suprimentos da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, poderá ser apresentado em substituição aos documentos previstos no artigo 27, incisos I, III e IV da Lei nº 8.666/93.

6.1.3 Os cadastrados deverão, ainda, apresentar a declaração ou certidão mencionadas nas cláusulas 6.6.1 e 6.7.

6.2 DOS NÃO CADASTRADOS

6.2.1 Será permitida a participação de licitantes não cadastrados, desde que atendam a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observado o disposto no § 9º, do art. 22, da Lei nº. 8.666/93.

6.2.2 A documentação a que se refere o item 6.2.1 deverá ser apresentada perante a Comissão Permanente de Licitação na data constante do item 1.1.

Comissão Permanente de Licitação

6.2.3 A habilitação do licitante não cadastrado não implicará em seu cadastramento no Registro Central de Fornecedores, o qual subordina-se a análise por parte do órgão central em processo específico e segundo as normas vigentes.

6.2.4 Os licitantes não cadastrados deverão apresentar os documentos de habilitação indicados nas cláusulas 6.3 a 6.7.

6.3. HABILITAÇÃO JURÍDICA

6.3.1 Para fins de comprovação da habilitação jurídica, deverão ser apresentados, conforme o caso, os seguintes documentos:

- a) Cédula de Identidade e CPF dos sócios ou dos diretores;
- b) Registro Comercial, no caso de empresário pessoa física;
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- f) A sociedade simples que não adotar um dos tipos regulados nos arts. 1.039 a 1.092, deverá mencionar, no contrato social, por força do art. 997, inciso VI, as pessoas naturais incumbidas da administração;
- g) Ata da respectiva fundação, e o correspondente registro na Junta Comercial, bem como o estatuto com a ata da assembléia de aprovação, na forma do artigo 18 da Lei nº 5.764/71, em se tratando de sociedade cooperativa.

6.4 DA REGULARIDADE FISCAL

6.4.1 Para fins de comprovação da regularidade fiscal, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

Comissão Permanente de Licitação

a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

c) Prova de regularidade com a Fazenda Federal, por meio da certidão de tributos e contribuições federais expedida pela Secretaria da Receita Federal e certidão da Dívida Ativa da União, emitida pela Procuradoria da Fazenda Nacional competente.

d) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual (ICMS), mediante a apresentação da certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de imposto sobre circulação e mercadorias e serviços expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e certidão da Dívida Ativa para fins de licitação expedida pela Procuradoria Geral do Estado, ou, ainda, certidão comprobatória de que o licitante, pelo respectivo objeto, está isento de inscrição estadual.

d.1) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, por meio de apresentação da respectiva certidão negativa de débito (ou positiva com efeito de negativa), ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, pelo respectivo objeto, está isento de inscrição estadual;

d.2) Caso o licitante seja estabelecido no Estado do Rio de Janeiro, a prova de regularidade com a Fazenda Estadual será feita por meio de apresentação da certidão negativa ou positiva com efeito negativo de imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços expedida pela Secretaria Estadual da Fazenda e certidão de Dívida Ativa para fins de Licitação expedida pela Procuradoria Geral do Estado, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, pelo respectivo objeto, está isento de inscrição estadual.

e) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de imposto sobre serviço de qualquer natureza

f) Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de débito para com o INSS (CND) e Certificado de Regularidade de Situação relativo ao FGTS, demonstrando situação regular quanto ao cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

6.4.2. A microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar a documentação de regularidade fiscal ainda que esta acuse a existência de débitos, caso em que deverá ser aplicado o disposto da cláusula 8.16.

Comissão Permanente de Licitação

6.5 DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

6.5.1 Todos os licitantes deverão apresentar certidões negativas de falências e recuperação judicial expedidas pelos distribuidores da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física. Se o licitante não for sediado na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, as certidões deverão vir acompanhadas de declaração oficial da autoridade judiciária competente, relacionando os distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir certidões negativas de falências e recuperação judicial, ou de execução patrimonial.

6.6 Qualificação Técnica

6.6.1 A Licitante deverá apresentar os documentos abaixo, comprobatórios de sua qualificação técnica:

- a) Registro ou inscrição de pessoa jurídica, habilitando-a para execução do objeto do presente Projeto Básico, expedido pelo CREA da circunscrição da licitante, válido na data da apresentação da proposta com habilitação em Engenharia Civil, Mecânica, Elétrica e Eletrônica.
- b) Comprovação em nome da Licitante de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto de Licitação, comprovada através de no mínimo 01 (um) Atestado de obra, fornecido por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado, devidamente certificado pela entidade profissional competente, na forma do art. 30, II, c/c § 1º da Lei 8.666/93, comprovando ter executado as parcelas de maior relevância do objeto da Licitação;
- c) Apresentar a Declaração de Responsabilidade Técnica na qual deverá constar a qualificação do(s) responsável (is) técnico(s) pela execução do serviço, assinada por todo(s) os indicado(s) e pelo representante legal da Contratada. O Responsável Técnico deverá ser profissional de nível superior que responda pela execução dos serviços de acordo com disposto na Resolução n.218 do CONFEA, de 29 de junho de 1973. A equipe deverá, ainda, ser constituída por profissionais com experiência comprovada e abranger as áreas de atuação a que se refere o serviço.

Comissão Permanente de Licitação

- d) Credenciamento junto ao GEM: Credenciada pela gerência de instalações mecânicas da prefeitura da cidade do Rio de Janeiro: fabricante de elevadores;
- e) Comprovação do vínculo empregatício dos responsáveis técnicos será feita mediante a apresentação da carteira de trabalho expedida pelo ministério do trabalho e ou ficha de registro do empregado com o carimbo do DRT e a guia do último mês de recolhimento do FGTS de que conste o nome do(s) profissional(is), ou vínculo profissional através de contrato de prestação de serviços de engenharia. Quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa LICITANTE e tal comprovação será realizada mediante a apresentação do Contrato Social ou Certidão da Junta Comercial ou Ato Constitutivo devidamente atualizado.

e) Atestado de Vistoria (Anexo IX);

e-1) A vistoria do local não poderá ser dispensada a qualquer pretexto e deverá ser previamente agendada no endereço: Rua da Alfândega, 48 – 7º andar – Centro – Rio de Janeiro - RJ, no horário comercial de 9:00h às 17:00h, através do telefone (21) 2334-4579 com o Sr. Reinaldo Lessa (rflessa@fazenda.rj.gov.br) – Departamento de Apoio Operacional;

e-2) A licitante vencedora deverá apresentar o atestado de vistoria (Anexo IX) juntamente com a documentação de habilitação.

6.7 DA DECLARAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO ART. 7º, INCISO XXXIII DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DA DECLARAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

6.7.1 Todos os licitantes deverão apresentar declaração, na forma do Anexo IV, de que não possuem em seus quadros funcionais nenhum menor de dezoito anos desempenhando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou qualquer trabalho por menor de dezesseis anos, na forma do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.

6.7.1.1 Os licitantes poderão optar por apresentar a certidão negativa de ilícitos trabalhistas emitida pela Delegacia Regional do Trabalho ao invés da declaração mencionada na cláusula 6.7.1.

6.7.2. – Todos os licitantes deverão apresentar declaração (Anexo XI), firmado por seu representante legal, sob penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal brasileiro, consoante o modelo anexado ao edital.

Comissão Permanente de Licitação

6.8 – DO PRAZO DE VALIDADE DAS CERTIDÕES

6.8.1 As certidões valerão nos prazos que lhe são próprios. Inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

6.9 – DAS COOPERATIVAS

6.9.1 - Será admitida a participação de cooperativas que atendam às exigências da cláusula 6.2.1 deste ato convocatório, no que couber, e apresentem, no envelope de habilitação os seguintes documentos:

I – ata de fundação;

II – estatuto (com ata da assembléia de aprovação);

III – regimento interno (com ata da aprovação);

IV – regimento dos fundos (com ata de aprovação);

V – edital de convocação de assembléia geral e ata em que foram eleitos os dirigentes e conselheiros;

VI – registro da presença dos cooperados em assembléias gerais;

VII – ata da sessão em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto deste certame, se vencedora;

VIII – relação dos cooperados que executarão o objeto, acompanhada dos documentos comprobatórios da data de ingresso de cada qual na cooperativa.

6.9.2 Não será admitida participação de cooperativas fornecedoras de mão-de-obra, mas apenas as prestadoras de serviços por intermédio dos próprios cooperados.

7. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DAS PROPOSTAS

7.1 – No local, data e hora fixados no item 1.1, apresentarão os Licitantes suas propostas em 02 (dois) envelopes, opacos, indevassáveis e fechados, designados respectivamente “A” e “B”, constando obrigatoriamente da parte externa de cada um deles as seguintes indicações:

Comissão Permanente de Licitação

**I – ENVELOPE “A” – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2011
NOME COMPLETO E ENDEREÇO DO LICITANTE**

**II – ENVELOPE “B” – PROPOSTA DE PREÇOS
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2011
NOME COMPLETO E ENDEREÇO DO LICITANTE**

7.2 – Os documentos dos envelopes “A” – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO e “B” – PROPOSTA DE PREÇOS, serão apresentados na forma estabelecida nos itens abaixo.

7.3 – Os documentos exigidos no ENVELOPE “A” – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO - deverão ser apresentados no original ou em cópia reprográfica autenticada, na forma do Art. 32, e seus parágrafos, da Lei Federal 8.666/93, encadernados com as folhas numeradas sequencialmente e rubricadas pelo representante legal do Licitante.

7.4 – Poderá a Comissão Permanente de Licitação solicitar a exibição do original.

7.5 O ENVELOPE “A” conterá os documentos especificados no item 6.

7.6 – Os documentos do ENVELOPE “B” - PROPOSTA DE PREÇOS serão apresentados em 2 (duas) vias, exclusivamente no impresso padronizado fornecido pela administração (Anexo III), cuja minuta encontra-se disponibilizada na página www.fazenda.rj.gov.br ou modelo idêntico a ser apresentado pela licitante, as quais deverão ser preenchidas por processo mecânico (datilografado) ou impressas por qualquer processo eletrônico, pelo licitante e devidamente rubricadas pelo representante legal. Os preços serão apresentados em algarismos e por extenso e cotados em moeda nacional, prevalecendo, em caso de discrepância, a indicação por extenso.

7.6.1 O licitante deverá anexar à Proposta de Preços (Anexo III) a Planilha de Composição de Custos em preços unitários, conforme o Quadro de Estimativa (Anexo VI), e, ainda, o

Comissão Permanente de Licitação

Cronograma Físico – Financeiro e a Metodologia executiva, de acordo com o Projeto Básico (Anexo V).

7.7 – Não serão admitidas, sob qualquer pretexto, modificações ou substituições da proposta ou de quaisquer documentos, uma vez entregues os envelopes à Comissão Permanente de Licitação.

7.8 As empresas participantes poderão ser representadas no ato licitatório por seu representante legal, desde que apresente o original ou cópia autenticada do Ato Constitutivo acompanhado da carteira de identidade, ou por procurador munido do instrumento procuratório, outorgado pelo representante legal da empresa, com firma reconhecida. Estes documentos deverão ser entregues fora de qualquer envelope ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, junto com os envelopes “A” e “B”. Os licitantes que não se fizerem presentes pela forma estabelecida neste item ficarão impedidos de se manifestar durante os trabalhos.

7.8.1 Do instrumento procuratório mencionado no item acima deve constar a outorga de poderes para a prática de todos os atos inerentes à licitação, inclusive para desistência de recursos.

7.8.2 A carta de credenciamento (Anexo II), a ser apresentada juntamente com a carteira de identidade do credenciado e documento que comprove os poderes do outorgante, substitui, para todos os fins, a procuração a que se refere o item 7.8, inclusive no que concerne aos poderes para a prática de todos os atos da licitação e renúncia ao direito de recorrer.

7.8.3 Os licitantes poderão apresentar mais de um representante ou procurador, ressalvada à Comissão Permanente de Licitação a faculdade de limitar esse número a um, se considerar indispensável ao bom andamento das sessões públicas.

7.8.4 É vedado a um mesmo procurador ou representante legal ou credenciado representar mais de um licitante, sob pena de afastamento do procedimento licitatório dos licitantes envolvidos.

7.9 A cotação de preços será feita em moeda nacional e deverá corresponder aos preços praticados pela empresa para pagamento à vista na data de realização da licitação, englobando todas as despesas relativas ao objeto do contrato, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, remunerações, despesas fiscais e financeiras e

Comissão Permanente de Licitação

quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta licitação. Nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada.

8. PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1 – No local, dia e hora previstos neste Edital, em sessão pública, deverão comparecer os Licitantes, com os envelopes “A” e “B”, apresentados na forma anteriormente definida. Os Licitantes se farão presentes por seus representantes legais, procuradores ou prepostos, que para tanto deverão estar munidos de carta de credenciamento para todos os atos da licitação, firmada pelo representante legal da empresa, conforme **Anexo II**, que deverá ser entregue, fora do envelope à Comissão Permanente de Licitação.

8.1.1 – A ausência de representantes credenciados não exclui a participação do certame, ficando os mesmos, entretanto, impossibilitados de responder pelo licitante e, em seu nome, praticar quaisquer atos.

8.2 – Nesta mesma sessão, que poderá ser realizada em mais de um dia, desde que tal se faça necessário para o completo exame dos documentos apresentados, serão recebidos os envelopes “A” e “B” de todos os Licitantes presentes e abertos os envelopes “A”, podendo a documentação deles constante ser examinada por todos os representantes devidamente credenciados, que a rubricarão, juntamente com os membros da Comissão Permanente de Licitação. Após a abertura dos envelopes “A”, a sessão poderá ser suspensa para julgamento da habilitação.

8.3 No caso da sessão ser suspensa para julgamento de habilitação, os envelopes “B” serão mantidos fechados, sob a guarda da Comissão de Licitação, que os rubricará, juntamente com os licitantes presentes devidamente credenciados.

8.4 Da sessão de recebimento dos envelopes e da abertura dos envelopes “A” será lavrada ata circunstanciada, rubricada pelos representantes credenciados. Serão considerados habilitados os licitantes que atenderem integralmente às condições previstas na cláusula 6 deste edital.

8.5 Comunicado o resultado aos licitantes, poder-se-á passar imediatamente à abertura dos envelopes “B” – PROPOSTA DE PREÇOS, desde que todos os licitantes renunciem expressamente ao direito de recorrer da decisão relativa à habilitação. Neste caso serão devolvidos aos licitantes inabilitados os envelopes “B” – PROPOSTA DE PREÇOS, fechados.

Comissão Permanente de Licitação

8.6 Não ocorrendo renúncia ao direito de recorrer por parte de todos os licitantes, será designada data para abertura dos envelopes “B” – PROPOSTA DE PREÇOS, observado o prazo de recurso estabelecido em lei. No caso de todos os licitantes estarem presentes, a intimação para a nova data dar-se-á na própria sessão pública, dispensada a publicação na imprensa oficial ou notificação.

8.7 Ultrapassada a fase da habilitação, a Comissão de Licitação não mais poderá desclassificar os licitantes por motivos relacionados com a habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou conhecidos após o julgamento.

8.8 No dia, hora e local marcado para o julgamento das propostas e decorrido o prazo para recurso sem a sua interposição, tendo deste havido renúncia ou desistência expressa por todos os licitantes ou após o julgamento dos recursos interpostos, serão abertas as propostas de preços dos licitantes habilitados, e devolvidos os envelopes “B”, mediante recibo, aos inabilitados.

8.9 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem, no todo ou em parte, às disposições deste edital, aquelas com preço excessivo e aquelas que tiverem preço manifestamente inexequível.

8.10 Havendo dúvida sobre a exequibilidade de uma ou mais propostas, fixará a Comissão prazo não inferior a 72 (setenta e duas) horas para que o(s) licitante(s) comprove(m) a viabilidade de seus preços, solicitando-lhe(s) a composição dos preços unitários.

8.11 Será declarada vencedora a proposta que apresentar o menor preço, observado o disposto na cláusula 7.9 e 8.12.

8.12 Caso alguma microempresa ou empresa de pequeno porte apresente preço igual ou superior ao menor preço em até 10% (dez por cento), ela terá preferência de contratação, na forma dos itens seguintes.

8.12.1 Após a abertura das propostas de preço, será facultado à microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada apresentar nova proposta, inferior àquele que foi o menor preço, situação em que será o objeto adjudicado em seu favor. O prazo para apresentação da nova proposta é de 02 (dois) dias.

8.12.2 Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada, nos termos do item anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nos limites de preço da cláusula 8.12, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

Comissão Permanente de Licitação

8.12.3 No caso de equivalência dos valores apresentados por microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem nos limites de preço da cláusula 8.12, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.12.4 O disposto nos itens acima somente se aplicará quando a menor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

8.12.5 Na hipótese da não contratação nos termos previstos nas cláusulas 8.12.1, 8.12.2 e 8.12.3, o contrato será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

8.13 O licitante, cujo estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá apresentar proposta isenta de ICMS, quando cabível, de acordo com o Convênio CONFAZ 26/03 e a Resolução SER 047/2003, sendo este valor considerado para efeito de competição na licitação.

8.14 No caso de empate entre as propostas de menor preço, será utilizado como critério de desempate o sorteio público, sem prejuízo do disposto na cláusula 8.12.

8.15 Na hipótese de inabilitação ou desclassificação de todas as propostas, a Comissão de Licitação poderá fixar aos licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação ou de outras propostas, devidamente escoimadas das causas que deram origem a tal situação.

8.16 Em sendo declarada vencedora do certame microempresa ou empresa de pequeno porte com débitos fiscais, ficará assegurado, a partir de então, o prazo de 2 (dois) dias úteis para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativas, prorrogável por igual período a critério da Secretaria de Estado de Fazenda – SEFAZ. Aguardar-se-ão os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal.

8.16.1 A prorrogação do prazo deverá sempre ser concedida pela Secretaria de Estado de Fazenda - SEFAZ quando requerida pelo licitante, exceto quando exista urgência na contratação ou prazo insuficiente para a emissão da Nota de Empenho, devidamente justificados.

8.16.2 A não regularização da documentação no prazo previsto na cláusula 8.16 implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei

Comissão Permanente de Licitação

Federal n.º 8.666/93, sendo facultado a Secretaria de Estado de Fazenda - SEFAZ convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

8.17 O julgamento das propostas de preços (envelopes "B") e a classificação final das propostas será objeto de ata circunstanciada, rubricada pelos representantes credenciados.

8.18 Os licitantes ficam obrigados a manter a validade da proposta por 60 (sessenta) dias, contados da data da sua entrega.

8.18.1 Se por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, ou seja, 60 (sessenta) dias, e caso persista o interesse da Secretaria de Estado de Fazenda - SEFAZ este poderá solicitar a prorrogação da validade da proposta por igual prazo.

8.19 É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

8.20 A critério da Comissão de Licitação, poderão ser relevados erros ou omissões formais, de que não resultem prejuízo para o entendimento das propostas.

9- DA ADJUDICAÇÃO

9.1 Uma vez homologado o resultado da licitação pelo Secretário de Estado de Fazenda de Fazenda, será o licitante vencedor convocado, por escrito, com uma antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, para assinatura do contrato.

9.2 Deixando o adjudicatário de assinar o contrato no prazo fixado, poderá à Secretaria de Estado de Fazenda – SEFAZ, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas ao faltoso, convocar os licitantes remanescentes que tiverem sido habilitados, na respectiva ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

9.3 Na forma do disposto no Decreto Estadual n.º 33. 925 de 18.09.2003, o licitante vencedor deverá apresentar, como condição para assinatura do contrato, declaração de que preenche, em seus quadros, o percentual mínimo de empregados beneficiários da Previdência Social reabilitados ou com pessoa portadora de deficiência habilitada, na seguinte proporção:

Comissão Permanente de Licitação

-
- I - de cem a duzentos empregados, 2% (dois por cento);
- II - de duzentos e um a quinhentos empregados, 3% (três por cento);
- III – de quinhentos e um a mil empregados, 4% (quatro por cento);
- IV – mais de mil empregados, 5% (cinco por cento)

9.4 Na hipótese de não atendimento do disposto na cláusula 9.3, poderá a Administração contratante proceder à convocação dos demais licitantes, observada a ordem de classificação, como faculta o art. 64, § 2º, da Lei n.º 8.666/93, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, na forma prevista no art. 81 da Lei n.º 8.666/93.

9.5 Poderá o ordenador de despesas, a seu critério, encaminhar a declaração apresentada pelo licitante vencedor à Delegacia Regional do Trabalho, órgão responsável pela fiscalização e cumprimento da legislação relativa ao trabalho das pessoas portadoras de deficiência.

9.6 O licitante vencedor deverá demonstrar, mediante declaração a ser apresentada no ato da assinatura do contrato de prestação de serviços, com fornecimento de mão-de-obra, que procede à reserva de 10% (dez por cento) das vagas para pessoas portadoras de deficiência física, conforme determina o art. 1º do Decreto n.º 36.414 de 25.10.2004.

10. DOS PRAZOS

10.1 – O prazo de vigência do presente contrato será de 20 (vinte) meses e contados a partir da data indicada no contrato, sendo 240 (duzentos e quarenta) dias corridos para a execução dos serviços e 12 (doze) meses de garantia, contados a partir do término dos serviços, sendo contados a partir da data indicada no contrato, desde que posterior à data de publicação do extrato deste instrumento no D.O., valendo a data de publicação do extrato como termo da vigência, caso posterior à data convencionada.

10.2 - O prazo contratual poderá ser prorrogado, observando-se o disposto no art. 57 da Lei n.º 8.666/93, desde que a proposta da CONTRATADA seja mais vantajosa para o CONTRATANTE.

11. DA GARANTIA

11.1 – Exigir-se-á do licitante vencedor, no momento da assinatura do contrato uma garantia, a ser prestada em qualquer das modalidades de que trata o § 1ª do art. 56, da Lei

Comissão Permanente de Licitação

Federal nº 8.666/93, da ordem de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a ser restituído após sua execução satisfatória

11.2 As garantias prestadas não poderão se vincular a novas contratações, salvo após sua liberação.

12. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1 O pagamento será efetuado, obrigatoriamente, por meio de crédito em conta corrente da instituição financeira contratada pelo Estado, cujo número e agência deverão ser informados juntamente com a Proposta Detalhe (Anexo III).

12.2 No caso do contratado estar estabelecido em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Estado, o pagamento poderá ser efetuado no Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal, cujo número e agência deverão ser informados na forma do item **12.1**.

12.3 A **CONTRATADA** deverá encaminhar a fatura para pagamento ao Departamento de Serviços, sito à Rua da Alfândega, 48 – 4º andar – centro – Rio de Janeiro – RJ, acompanhada de comprovante de recolhimento mensal FGTS e INSS relativa à mão de obra empregada no Contrato.

12.4 A forma de pagamento será em parcelas mensais, conforme descrito abaixo:

a) 100% (cem por cento) do valor do Contrato ao longo do seu prazo de execução, através de medições mensais dos serviços executados.

b) As medições constituir-se-ão dos somatórios dos percentuais atribuídos às barras do cronograma físico-financeiro e conforme os valores constantes na planilha de preços, cujos serviços tenham sido efetivamente realizados até aquela data.

12.4.1 Após a realização de cada medição, a **SEFAZ** emitirá a planilha de acompanhamento correspondente aos serviços executados. Do valor referente a cada medição, a SEFAZ efetuará a retenção correspondente ao pagamento do INSS, na conformidade da Lei aplicável à espécie.

12.4.2 Para solicitação das medições, a **CONTRATADA** comunicará por escrito a SEFAZ, com 05 (cinco) dias úteis de antecedência. A emissão de qualquer Nota Fiscal/Fatura somente ocorrerá após a realização da medição a ela correspondente e manifestada no

Comissão Permanente de Licitação

Diário de Obras. O relatório fotográfico caracterizando de forma clara e objetiva os serviços a serem pagos deverá acompanhar a Nota Fiscal.

12.4.3 Nas medições que envolvam fornecimento e instalação de equipamentos, a **CONTRATADA** deverá comprovar o pagamento total dos mesmos aos respectivos fornecedores.

12.4.4 Os aceites das etapas são parciais, não desobrigando a contratada de reparos futuros e nem de outras responsabilidades contratuais.

12.4.5 O aceite definitivo ocorrerá no período de 90 (noventa) dias após o término dos serviços previsto no prazo contratual. Neste período, a **CONTRATADA** cumprirá eventuais exigências formuladas pela Fiscalização da **SEFAZ**. Após o cumprimento das mesmas será emitido o Termo de Recebimento do objeto contratual pela **SEFAZ**.

12.5 Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação, com entrega do objeto, devidamente atestado pelo agente competente.

12.6 Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

12.7 O pagamento eventualmente realizado com atraso, **desde que não decorram de ato ou fato atribuível a CONTRATADA** sofrerá a incidência de atualização financeira pelo INPC e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês *pro rata die*.

Comissão Permanente de Licitação

13 - ACEITAÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL

13.1 - Executado o contrato, o seu objeto será recebido na forma prevista no art. 73 da Lei n.º 8.666/93 e na cláusula sétima da minuta de contrato (Anexo I), dispensado o recebimento provisório nas hipóteses previstas no art. 74 da mesma lei

13.2 - O recebimento provisório ou definitivo do objeto do Contrato não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução do Contrato.

13.3 - Salvo se houver exigência a ser cumprida pelo contratado, o processamento da aceitação provisória ou definitiva deverá ficar concluído no prazo de 30 dias úteis, contados da entrada do respectivo requerimento no protocolo da repartição interessada.

14. DAS PENALIDADES

14.1 – Os licitantes, adjudicatários ou contratados inadimplentes estarão sujeitos às penalidades previstas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, observadas as disposições da cláusula décima quarta do contrato (Anexo I).

15. DOS RECURSOS

15.1 – Os recursos das decisões da Comissão Permanente de Licitação serão apresentados por escrito, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato ou da data da lavratura de qualquer das atas, conforme o caso, e dirigidos ao Secretário de Estado de Fazenda. Reconsiderando ou não sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, encaminhará a Comissão Permanente de Licitação o recurso à autoridade superior, que a ratificará ou não, de forma fundamentada.

15.2 – A Comissão Permanente de Licitação dará ciência dos recursos aos demais Licitantes, que poderão impugná-los no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

15.3 – Os recursos contra as decisões relativas à habilitação ou inabilitação de Licitante, ou contra o julgamento da Proposta de Preços, terão efeito suspensivo.

15.4 – A intimação dos atos referidos nas alíneas “a”, “b”, “c” e “e” do inciso I do Art. 109 da Lei Federal nº 8.666/93 será feita mediante publicação no Diário Oficial do Estado – Parte I,

Comissão Permanente de Licitação

salvo os casos de habilitação ou inabilitação dos Licitantes e julgamento da propostas, se presente os prepostos de todos os Licitantes no ato em que for adotada a decisão, hipótese em que poderá ser feita por comunicação direta aos interessados.

16. FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

16.1 – As obras objeto desta Licitação serão fiscalizadas pelo Estado na forma do disposto nos Arts. 70 e 71 do Decreto 3149/80.

16.2 – Executado o Contrato, o seu objeto será recebido:

a) provisoriamente, na forma prevista na alínea “a” do inciso II, do art. 77 do Decreto 3149/80.

b) definitivamente, na forma prevista na alínea “b” do inciso II do art. 77 do Decreto 3149/80, sem prejuízo da responsabilidade do Contratado, conforme disposto no item seguinte.

16.3 – O Contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

16.4 – O Contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

17 – DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada no todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiro, de acordo com o art. 229 da Lei Estadual nº. 287/79 c/c o art. 49 da Lei Federal nº. 8.666/93, assegurado o direito de defesa sobre os motivos apresentados para a prática do ato de revogação ou anulação.

Comissão Permanente de Licitação

17.2 O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previsto no art. 65, § 1º e 2º da Lei nº. 8.666/93.

17.3 Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

17.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

17.5 As propostas de preços, caso não retiradas pelos licitantes no prazo de 60 (sessenta) dias a contar do término do certame, poderão ser inutilizadas pela Comissão Permanente de Licitação.

17.6 Acompanham este Edital os seguintes anexos:

- Anexo I** Minuta Contratual
- Anexo II** Carta de Credenciamento
- Anexo III** Modelo de Proposta-Detalhe
- Anexo IV** Modelo de declaração de Atendimento ao disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal (item 13.2.5)
- Anexo V** Projeto Básico
- Anexo VI** Quadro Estimativo (Planilha Orçamentária)
- Anexo VII** Modelo de cumprimento Dec. Estadual nº 33.925/03
- Anexo VIII** Declaração ME ou EPP
- Anexo IX** Atestado de Vistoria
- Anexo X** Declaração de Responsabilidade Técnica
- Anexo XI** – Declaração de Elaboração Independente de Proposta

17.7 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Licitação, observados os princípios que informam a atuação da Administração Pública.

Comissão Permanente de Licitação

17.8 Ficam os licitantes sujeitos às sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis caso apresentem, na licitação, qualquer declaração falsa que não corresponda a realidade dos fatos.

17.9 O foro da cidade do Rio de Janeiro é designado como o competente para dirimir quaisquer controvérsias relativas a esta licitação e à adjudicação, contratação e execução dela decorrentes.

Rio de Janeiro, 04 de novembro de 2011

LÍLIAN LIMA ALVES

Gestora do FAF